



REVISTA DIGITAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO

FACULDADE DE DIREITO DE RIBEIRÃO PRETO

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Seção: Artigos Científicos

A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos

Militant research in Latin America today: reflections about inequalities and the knowledge production possibilities

Breno Bringel e Renata Versiani Scott Varella

Resumo: Retomando o debate clássico entre teoria e prática e entendendo que o conhecimento científico não é apartado da realidade social, bem como da instituição na qual está inserido, o presente artigo abrangente as possibilidades de atualização da pesquisa militante na América Latina hoje. Para isso, discute-se a relação entre desigualdades e produção de conhecimento na América Latina em perspectiva histórica; posteriormente, investiga-se o campo da pesquisa militante na região, discutindo possibilidades de sua atualização e elaborando uma conceituação inicial; depois, resgata-se algumas referências teórico-metodológicas oriundas de matrizes político-ideológicas clássicas da pesquisa militante na América Latina, examinando alguns de seus aportes no tocante à produção de conhecimentos e à relação teoria/práxis; e, finalmente, dentro do esforço inicial, e inevitavelmente parcial feito ao longo do artigo, de atualização da discussão sobre a pesquisa militante hoje, alguns desafios são elencados, deixando a conclusão aberta, esperando que seu aprofundamento em textos e pesquisas subsequentes permita continuar abrindo espaços teóricos e práticos para o desenvolvimento de pesquisas socialmente engajadas.

Palavras-chave: pesquisa militante; educação popular; produção do conhecimento.

Abstract: Back to the classical debate between theory and practice and understanding that scientific knowledge is not apart from social reality, and the institution that it is insert as well, the present paper shows the possibilities of actualization from militant research in Latin America today. To achieve that, it discusses the relationship between inequalities and knowledge production in Latin America in a historical perspective; posteriorly, the field of militant research in this region is investigated, discussing the possibilities of its actualization and making an initial conceptualization; thus, some theoretical and methodological references from classical political and ideological matrices in Latin America are rescued, examining some of their contributions to knowledge production and the relation between theory and practice. Finally, insert in the initial effort and, inevitably partial made in the paper, to actualize and discuss the militant research today, some challenges are listed, leaving the conclusion open, with the expectation that its deepening in posterior text and researches allows keep opening theoretical and practices spaces to develop socially engaged researches.

Keywords: militant research; popular education; knowledge production.

Disponível no URL: www.revistas.usp.br/rdda

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2319-0558.v3n3p474-489>

Este conteúdo está protegido pela lei de direitos autorais. É permitida a reprodução do conteúdo, desde que indicada a fonte como "Conteúdo da Revista Digital de Direito Administrativo". A RDDA constitui veículo de excelência criado para divulgar pesquisa em formato de artigos científicos, comentários a julgados, resenhas de livros e considerações sobre inovações normativas.

A PESQUISA MILITANTE NA AMÉRICA LATINA HOJE: REFLEXÕES SOBRE AS DESIGUALDADES E AS POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS

Breno Bringel e Renata Versiani Scott Varella***

Sumário: 1 Introdução; 2. Desigualdades e o contexto histórico de produção de conhecimento na América Latina; 3. O campo da pesquisa militante: atualização e conceituação; 4. Produção de conhecimentos, matrizes político-ideológicas e a relação teoria/práxis; 5. Notas não conclusivas: alguns desafios abertos...; 6. Referências bibliográficas.

1. Introdução

O presente capítulo pretende contribuir para uma reflexão coletiva sobre as possibilidades e os limites, na atualidade, da pesquisa militante, entendida como um espaço amplo de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, que articula ativamente pesquisadores e movimentos sociais. Referida modalidade de investigação está presente de maneira contínua na América Latina, desde a década de 1960, possuindo, nas diversas especialidades e momentos históricos, várias configurações, matrizes político-ideológicas, contextos de ação e possibilidades. Assim, para além do debate teórico-epistêmico acerca do processo de produção de conhecimento, existe uma gama de experiências de profícua articulação entre teoria e prática em nosso subcontinente, nos espaços fronteiriços entre a Universidade, a intelectualidade e as coletividades organizadas, o que oferece um campo central para se (re)pensar os contornos e as potencialidades da pesquisa militante hoje.

Instigados pela proposta de desenvolver programas de pesquisa, ensino e extensão voltados para o tema da desigualdade e de suas relações com o direito, a justiça e a cidadania, de forma a produzir conhecimentos e intervenções sociais, oferecemos neste artigo uma contribuição mais abrangente que busca discutir a construção de metodologias de pesquisa e de ação capazes de orientar e produzir, de maneira responsável e ética, conhecimentos, atuações e interações que contribuam para a mudança social, política e econômica. Argumentamos que existe, na América Latina, uma configuração particular entre desigualdades e (re)produção de conhecimentos que não pode ser resumida a um “contexto” ou “pano de fundo” dentro do qual opera a pesquisa. Ao contrário, dita conformação deve ser encarada como elemento central e contraditório da produção de pesquisa que, por um lado, pode reforçar o pensamento hegemônico, o status quo e as desigualdades; e, por outro lado, pode também levar a novas perspectivas (metodológicas, epistemológicas e políticas) que situam as práticas sociais, políticas e jurídicas de conhecimento a partir de uma lógica emancipatória.

Para tal fim, é necessário retomar o debate clássico sobre o imbricamento entre teoria e prática, acerca da educação popular, da história da produção de conhecimento e das sinergias entre pesquisa e militância, para recolocá-lo em relação aos desafios hoje postos pelo contexto socioeconômico, pelos movimentos sociais e pela conformação tanto da Universidade atual como de outros centros e lócus de produção de conhecimento. É importante ressaltar que os diferentes momentos históricos de produção acadêmica estiveram condicionados tanto por fatores econômicos e sociopolíticos, que incidiram na reconfiguração do modus operandi das universidades latino-americanas, como por correntes e matrizes político-ideológicas e forças sociais, que inspiraram os seus processos de transformação. Assim, entender as transformações sociais, políticas e econômicas ocorridas na história e na atualidade mostra-se essencial para compreender as disputas sucedidas e as funções cumpridas pelas Universidades e pelos espaços de formação e articulação.

* *Doutor e Professor do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ)*

***Doutoranda do IESP-UERJ e integrante do Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular*

O conhecimento científico é uma construção social, historicamente localizada e, por isso, necessariamente contingente, isto é, os conhecimentos são temporalmente e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica a universalidade através da qual o discurso científico se externaliza. Nesse sentido, todos os teóricos e cientistas sociais servem a interesses sociais e políticos específicos, consciente ou inconscientemente, sendo que, muitas vezes, o silêncio ou a forçada neutralidade revelam na realidade um compromisso com as desiguais condições sociais existentes. Deste modo, qualquer projeto de pesquisa que aborde as desigualdades e se comprometa a buscar vias para sua superação supõe uma postura política do pesquisador.

Igualmente, cumpre salientar que, atualmente, estamos diante de novos e diversificados desafios marcados por uma crescente demanda por democratização do acesso à educação e dos processos de pesquisa pelos movimentos sociais, pela progressiva pressão por uma maior e efetiva contribuição da Universidade na realidade concreta para além do “extensionismo clássico” (onde, em tese, estende-se o conhecimento produzido na universidade à sociedade) e pela complexificação das inter-relações entre organizações, movimentos e instituições. Nesse sentido, são necessárias reflexões metodológicas e epistemológicas que permitam a compreensão do significado dos conhecimentos produzidos e, ao mesmo tempo, indiquem caminhos para a construção de um saber, de fato, coletivo, compartilhado e socialmente comprometido. Isso envolve, dentre outros pontos, a visibilização e a incorporação dinâmica de conhecimentos historicamente subalternizados, o diálogo entre formas distintas de entendimento da realidade, a tomada de posição em favor dos setores populares, o respeito a parâmetros metodológicos, mesmo que alternativos, e a (re)construção de instrumentos e métodos de pesquisa que viabilizem, de maneira responsável e crítica, o trabalho do pesquisador militante.

Este texto está dividido em quatro partes: em primeiro lugar, discutimos a relação entre desigualdades e produção de conhecimento na América Latina em perspectiva histórica; em segundo lugar, interrogamos o campo da pesquisa militante na região, discutindo possibilidades de sua atualização e elaborando uma conceituação inicial; em terceiro lugar, resgatamos algumas referências teórico-metodológicas oriundas de matrizes político-ideológicas clássicas da pesquisa militante na América Latina, examinando alguns de seus aportes no tocante à produção de conhecimentos e à relação teoria/práxis; finalmente, dentro do esforço inicial, e inevitavelmente parcial feito ao longo do capítulo, de atualização da discussão sobre a pesquisa militante hoje, alguns desafios são elencados, a modo de conclusão aberta, esperando que seu aprofundamento em textos e pesquisas subsequentes permita continuar abrindo espaços teóricos e práticos para o desenvolvimento de pesquisas socialmente engajadas.

2. Desigualdades e o contexto histórico de produção de conhecimento na América Latina

A produção de conhecimento científico na América Latina está intimamente vinculada à estruturação desigual da ordem social capitalista. Esse processo envolve a existência de posições assimétricas entre distintas coletividades, atores, países e regiões e produz uma diferenciada gama de experiências e de diálogos entre paradigmas e conhecimentos. Com isso, pretende-se deixar claro que não se trata de negar, como fazem algumas leituras mais radicais do pensamento descolonial, a importância, para a América Latina, do saber produzido e acumulado nos parâmetros ocidentais, inclusive de teor crítico, ou de declarar, de pronto, a excelência do conhecimento produzido no Sul Global, mas de problematizar as causas e os efeitos das posições assimétricas atribuídas às diferentes regiões do mundo no que concerne à produção de conhecimento e como esse processo foi e é constitutivo das relações de poder vigentes na ordem global capitalista. Nesse sentido, urge ressaltar e aprofundar a relação entre a produção histórica

e social do conhecimento e as desigualdades sociais, isto é, como uma das dimensões das desigualdades no capitalismo global diz respeito à desvalorização do conhecimento científico produzido na periferia, incluindo África e Ásia (ou sem a chancela dos centros de pesquisa da Europa ou dos Estados Unidos) e à deslegitimação de qualquer saber que não aquele produzido sob o manto da estrita racionalidade científica.

O capitalismo é entendido aqui como um sistema de poder globalmente organizado, que está fundado precipuamente em processos econômicos, mas que envolve dinâmicas políticas e culturais que possuem papéis centrais na estruturação e na legitimação do sistema. Referida ordem capitalista tem como base a estruturação assimétrica da economia, a qual produz sistematicamente, nas diferentes escalas do globo, distribuição desigual, dentre outros, de classes, recursos, bens, serviços, poder, conhecimento e liberdade tanto entre pessoas quanto entre regiões, países e territórios. Ademais, provoca consequências em toda a sociedade: reconhece formas de conhecimentos legítimos e válidos; produz coletividades duradouras como os capitalistas e os trabalhadores; cria infraestruturas sociais e físicas para sustentar a circulação do capital; desenvolve sistemas jurídico, financeiros, educacionais, administrativos e urbanísticos compatíveis com o funcionamento regular do mercado (HARVEY, 2005, p. 130); e cria mecanismos culturais e simbólicos que legitimam a forma de organização social e as enormes desigualdades criadas. Mais que isso: passa inclusive a regular as desigualdades sociais a través da mercantilização contínua de políticas.

Com a expansão do capital em escala mundial, estruturou-se também formas de entendimento da realidade, de percepção da vida social e de produção de conhecimento. Aníbal Quijano, ao descrever o padrão de poder mundial criado a partir da colonização, destaca que cada âmbito de existência social se encontra sob a hegemonia de uma instituição produzida dentro desse mesmo padrão. Assim, no controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, está a empresa capitalista; no controle do sexo, de seus recursos e produtos, a família burguesa; no controle da autoridade, seus recursos e produtos, o Estado-Nação; e no controle da intersubjetividade, o eurocentrismo. Para este autor, eurocentrismo seria uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento colonial/moderno, capitalista e eurocentrado (QUIJANO, 2000, p. 218).

Isso significou a criação de uma forma de entendimento da realidade que tem, como padrão civilizacional, a sociedade europeia e seus sistemas sociais, e uma forma de conhecimento que considera acriticamente, como ponto de referência necessário, a modernidade ocidental, garantindo a difusão e a consolidação das concepções de mundo capitalistas e ocidentais. Esse processo auxiliou, sobremaneira, a naturalização, no entendimento e na percepção das pessoas, das diferenças pelas quais o capitalismo se estrutura, ou seja, tornam-se naturais, e não históricas e contingentes, as diferenças de classe, raça, gênero e etnicidade.

Nesse sentido, a produção e reprodução das desigualdades apenas é possível acompanhada por um processo de legitimação dessas diferenças, cumprindo papéis centrais no desenho das justificativas e das explicações socialmente elaboradas e aceitas o conhecimento científico hegemônico. É esse o contexto em que foram criadas as universidades latino-americanas, as quais estavam desenhadas para disseminar, pelas regiões colonizadas, conhecimentos e formas de conhecer próprias da universidade renascentista europeia (MIGNOLO, 2001, p. 16/17), isto é, contribuíram, desde seu início, para reforçar a hegemonia cultural, política e social do Ocidente. Contudo, desde a implantação da matriz colonial, é possível identificar diversas iniciativas de questionamento da racionalidade moderna, na tentativa de se criar um pensamento crítico e a partir da “diferença colonial”.

Apesar desta ampla gama de experiências e em que pesem as diferentes configurações da Universidade e de seus procedimentos, produziu-se um modelo de ciência moderna que, em suas linhas gerais, vigora até os dias de hoje, segundo o qual os parâmetros da ciência moderna são as únicas formas legítimas de produção de saber organizado, tendo como características a existência de normas rigorosas ligadas à racionalidade científica, a especialização e a compartimentalização do conhecimento produzido. Desse modo, a Universidade não é apenas o espaço privilegiado da produção de conhecimento, mas se consolida como instituição capaz de estabelecer os limites entre o saber legítimo e ilegítimo e apta para julgar o passado, o presente e o futuro da sociedade, segundo critérios racionais tidos como superiores (CASTRO-GOMÉZ, 2007, p. 80). Dentre os pilares da ciência moderna está a necessidade de distanciamento entre o sujeito e o objeto da pesquisa, a partir do posicionamento do pesquisador em uma plataforma totalmente neutra de observação da realidade, o que garantiria uma desejada “objetividade” ao conhecimento produzido.

Um dos principais mecanismos para a legitimação da ciência moderna, bem como para consolidação de sua superioridade, foi a hegemonização de uma concepção de história linear, com sentido e direção únicos, tendo, como auge e objetivo, o padrão civilizacional europeu. Assim, construiu-se uma narrativa histórica evolutiva, conectando a Grécia ao Ocidente europeu, e formulou-se uma linha de desenvolvimento, na qual os países centrais capitalistas, com seus conhecimentos, instituições e formas de sociabilidade, se encontram no auge. Nesse quadro, as sociedades da periferia do sistema capitalista são caracterizadas como espaços do passado, pré-modernas ou subdesenvolvidas. Para isso, são utilizados, em geral, retratos negativos do não ocidental, nos quais se destacam o autoritarismo, a corrupção, os conflitos étnicos, a violência e a polarização social e a partir dos quais se conclui pelo total fracasso dessas experiências. Slater (2008) destaca, por exemplo, como a Revolução Haitiana de 1804, apesar de seu avanço na luta pelos direitos, liberdade e dignidade, foi excluída da narrativa da história democrática global.

Os escritos, sob a égide desse paradigma, fazem invisíveis tanto a história democrática da periferia quanto a produção intelectual advinda de centros de pesquisa e de Universidades do Sul Global. Em uma espécie de divisão internacional do trabalho acadêmico, não é, assim, reconhecida a capacidade dos pesquisadores e intelectuais provenientes da periferia de criação teórica e analítica. Nesta lógica, o pesquisador que não se referencie nas teorias produzidas pelos centros da Europa ou dos Estados Unidos, para análise das situações e de sua região (p. ex. América Latina), não é considerado produtor de conhecimento válido e legítimo para a área acadêmica, de maneira global. Fernanda Beigel (2011) cunhou, após ampla pesquisa sobre a produção e a circulação de conhecimento, a expressão dependência acadêmica para designar:

the unequal structure of production and circulation of knowledge that has emerged historically along with the international scientific system. This structure is composed of institutional, material and symbolic processes, mutually related, which have produced different paths of academia-building. In the periphery, these combinations are the historical result of national and regional responses to internationalization – particularly given the diverse roles played by the state in scientific development and higher education.

Beigel problematiza a estrutura desigual do sistema acadêmico mundial configurado sobre a base da “universalização” da bibliometria como ferramenta de avaliação da ciência – através da construção de sistemas de indexação de publicações acadêmica com fundamento em processos de mercantilização e especialização –, a supremacia do inglês, a mercantilização do conhecimento científico e a concentração do capital acadêmico em determinados polos (2013, p. 112). De fato, essa situação, é, não raras vezes, replicada pelos próprios centros de pesquisa e Universidades da periferia.

Por outro lado, esse processo envolveu a subordinação e a subalternização de saberes já existentes nas regiões colonizadas, tais como o conhecimento produzido pelas populações negras e indígenas originárias, mas também compreendeu a desvalorização e a deslegitimação de esferas de conhecimentos, como o saber prático ancorado na experiência e o conhecimento popular e coletivo, gestado no cotidiano das comunidades e coletividades. Criou-se, assim, áreas de invisibilidade da realidade social, as quais são consideradas em atraso contínuo. Mesmo que coexistam formas e práticas de conhecimento em um mesmo espaço geográfico e em uma mesma época, os referidos saberes são considerados simbolicamente, na fictícia linha do tempo ocidental, como primitivos e irracionais, enfim localizados no passado. Desse modo, dividem o mesmo tempo e espaço, mas possuem temporalidades distintas de acordo com o olhar moderno/colonial e capitalista. Assim, a sabedoria ancestral, prática e cotidiana das pessoas e coletividades não carregaria qualquer validade ou utilidade para a solução das problemáticas sociais mais gerais. De acordo com Costa (2011, p. 53), seguindo as posições assimétricas pré-definidas pelas relações de poder vigentes, determinadas formas de conhecimento são previamente desautorizadas, pelo simples fato de não poderem ser avaliadas através do aparato conceitual das ciências modernas. Segundo este autor,

...Nesse contexto, tudo o que é diverso no “resto do mundo” passa a ser decodificado como um ‘ainda’ não existente, uma falta a ser compensada por meio da intervenção social cabível em cada contexto e em cada época histórica, ora dominação colonial, ora ajuda ao desenvolvimento, ora intervenção humanitária. Com isso não se pretende, naturalmente, atribuir a responsabilidade pelos colonialismos e imperialismos às ciências sociais modernas. Fica demonstrado, contudo, como as disciplinas desse campo reproduzem a perspectiva colonial ao alimentar e legitimar o modelo dominante de representação das relações entre a Europa e o resto do mundo. (COSTA, 2011, p. 51).

Na esteira do entendimento do autor, as dinâmicas assimétricas de poder, apesar de diferentes configurações, estão presentes desde a colonização e não terminaram com o fim do colonialismo e a independência política dos Estados-Nações do Sul Global. Na realidade, os Estados-Nações, apesar de avanços, contribuíram para desenvolver e consolidar os mecanismos simbólicos em seu sistema educativo, que garantiram a hegemonia do discurso ocidentalista e da concepção de mundo capitalista. Essa hegemonia continua atuante nas relações sociais e de poder até os dias de hoje, através de diversas configurações e práticas. Um exemplo disso, além das intervenções humanitárias tão comuns nos últimos anos, são os discursos desenvolvimentistas que fundamentam as ‘ajudas’ aos países ‘subdesenvolvidos’, que, além de tomarem como padrão as sociedades capitalistas do centro, se legitimam como forma de conhecimento científico.

Contudo, todo esse processo de sujeição dos países periféricos ao capitalismo e a uma concepção de mundo se deu dentro de um campo em disputa, no qual interagiram, de maneira dinâmica, formas críticas de pensar e de paradigmas de entendimento da realidade. Desse modo, apesar de os principais espaços de produção de conhecimento científico serem hegemonizados pelos parâmetros da ciência moderna ocidental, é forçoso reconhecer que, tanto na esfera dos movimentos sociais quanto no âmbito acadêmico, houve respeitáveis e múltiplas resistências, recepções críticas e criativas das abordagens europeias e norte-americanas, que acabaram por criar novos marcos analíticos críticos para a compreensão da realidade latino-americana (casos, entre outros, de José Martí, Mariátegui ou, em um registro diferente, Enrique Dussel).

Nesse contexto de construção de um pensamento social crítico latino-americano é que se localiza, de forma mais explícita, a emergência da pesquisa militante, como campo específico, na América Latina. Observa-se que a busca por padrões alternativos de produção de conhecimento foi bastante dinâmica a

partir dos anos 1960, na América Latina, havendo importantes experiências de profícua articulação entre a teoria e a prática, destacando-se autores como Fals-Borda (1961, 1979), Paulo Freire (1970, 2004), Carlos Rodrigues Brandão (1981, 1984), Rodolfo Stavenhagen (1971) e Michel Thiollent (2002). Cumpre salientar que os anos 1960 e 1970 foram marcados por um maior compromisso dos acadêmicos latino-americanos com a realidade política e social e uma maior abertura crítica das universidades da região. Nesse sentido, Fernanda Beigel (2013) afirma, com base nas pesquisas desenvolvidas pelo Programa de Investigaciones sobre Dependencia Académica en América Latina, que, nesse período, com a criação das escolas de pós-graduação, houve, através de uma politização das temáticas e da expansão da autonomia acadêmica na maioria dos países da região, uma forma de academicismo militante que foi adquirindo crescente protagonismo até a implementação das ditaduras militares no continente, o que representou uma importante inflexão para as ciências sociais na região (p. 113-114).

Contudo, na sequência, observa-se um processo não somente de refluxo do pensamento crítico e criativo como de despolitização da atividade acadêmica, proporcionado, primeiro, pelas ditaduras militares e, a partir da década de 1990, pela emergência de políticas neoliberais (que envolveram, dentre outras, a mercantilização da educação, a privatização do ensino com o crescimento das Universidades particulares e a individualização e a tecnificação da atividade intelectual). Desde então ocorreu uma contração da autonomia acadêmica em vários países da América Latina, em função das intervenções militares que tiveram a Universidade como um de seus principais objetivos de disciplinamento (BEIGEL, 2013, p. 114-115). Esse momento ocasionou um forte processo de desinstitucionalização e de esvaziamento de algumas disciplinas, com consequências diretas nas políticas científicas e de educação superior em geral.

Há, assim, uma diminuição considerável no debate e na reflexão mais politizada e articulada com movimentos sociais nos espaços universitários, observando-se uma crescente especialização e tecnificação do saber e uma profissionalização das ciências sociais na região (BRINGEL, 2011, p. 41). Sem diferenciações das distintas correntes existentes, as pesquisas que transpareciam posicionamentos políticos foram objetos de acusações, fundadas ou infundadas, de manipulação política, de parcialidade, de desrespeito às exigências acadêmicas, de idealizações em relação aos atores coletivos e de reprodução acrítica das vozes dos movimentos sociais. Firmou-se, assim, um certo distanciamento entre o saber acadêmico e o compromisso militante na América Latina, reduzindo, por um período, a reflexão acerca das possibilidades e dos limites da produção de conhecimento socialmente comprometido e politicamente posicionado, bem como sobre a construção de metodologias para viabilizar referidas pesquisas.

3. O campo da pesquisa militante: atualização e conceituação

Atualmente, percebe-se que diversas mudanças nos campos político-institucionais na América Latina, bem como a irrupção de diversos protestos e importantes movimentos sociais na mudança de século (BRINGEL e FALERO, 2008), avivou novas sinergias e atualizações dos vínculos entre o investigador/intelectual e o compromisso militante, que tem tomado rumos para além do “intelectual orgânico” gramsciano, tanto no interior das Universidades, quanto em espaços não-formais de produção de conhecimento (BRINGEL, 2011, p. 41). Nesse sentido, Marta Malo (2004) identifica uma proliferação de iniciativas e buscas de articulação entre pensamento, ação e enunciação, orientados para a transformação social. Entende que uma das tarefas atuais é a identificação e a reflexão sobre essas múltiplas iniciativas (p. 37/38):

...iniciativas que se preguntan cómo romper con los filtros ideológicos y los marcos heredados, cómo producir conocimiento que beba directamente del análisis concreto del territorio de vida y cooperación y de las experiencias de malestar y rebeldía, cómo poner a

funcionar este conocimiento para transformación social, cómo hacer operativos los saberes que ya circulan por las propias redes, cómo potenciarlos y articularlos con la práctica... en definitiva, cómo sustraer nuestras capacidades mentales, nuestro intelecto, de las dinámicas de trabajo, de producción de beneficio y/o gobernabilidad, y aliarlas con la acción colectiva (subversiva, transformadora), encaminándolas al encuentro con el acontecimiento creativo.(MALO, 2004, p. 15) (grifos nossos).

Para Svampa (2010, p. 4), na América Latina, nos últimos anos, diversos processos sociais e políticos, tais como a ascensão de governos de centro-esquerda, o fortalecimento dos movimentos sociais, a crise do consenso liberal e a relegitimação do discurso crítico e latino-americano, têm intensificado as sinergias entre o campo acadêmico de produção de conhecimento e o compromisso político e militante. Assim, tornou-se mais forte no debate universitário as questões sobre a utilidade e a orientação da produção de conhecimento e acerca da necessidade de um pensamento crítico e latino-americano:

...este cambio de época [desde hace algunos años] permite pensar desde otro lugar la relación entre modelos académicos y compromiso político, algo que también parecía definitivamente clausurado en pro de la profesionalización del saber académico, del repliegue del intelectual-intérprete o de la apología del modelo del experto. Nuevos desafíos aguardan, en especial, a las jóvenes generaciones de investigadores, que hoy comienzan a cuestionar los modelos académicos dominantes, y advierten como posible una articulación diferente entre saber académico y compromiso con las nuevas realidades (p. 41).

Norma Giarracca (2006, p. 121) adiciona que essa modalidade de conhecimento seria impensável alguns anos atrás: ou se publicavam materiais de uma organização política com seus possíveis intelectuais orgânicos ou o fenômeno era explicado pelas ciências sociais, marcadamente atravessada pelas ideias cientificistas do positivismo e pelas dicotomias sujeito/objeto, estrutura/ação, teoria/prática, entre outras. Nesse sentido, a rica tradição latino-americana da pesquisa militante tem sido reavivada de diferentes formas, havendo novas configurações e novos desafios. Isso exige retomar uma reflexão mais sistemática sobre a produção de conhecimento socialmente comprometido e acerca das possibilidades da pesquisa militante. Mas, tendo em vista a longa trajetória e as transformações recentes deste campo, como defini-lo e repensa-lo?

Pesquisa participante, compromisso com a mudança social, pensamento transformador, pesquisa-ação, educação popular e educação para a emancipação, investigación-acción, intelectualidade orgânica. Tantos são os termos, as formas e as consignas para expressar o anseio de pesquisadores, professores, profissionais e integrantes de movimentos sociais em contribuir efetivamente para a transformação de uma realidade social marcadamente desigual. Ao longo da história latino-americana, este anseio esteve presente nos espaços de educação formais, não formais e informais e, mesmo que minoritariamente, no processo de construção de nossas Universidades, gerando contribuições teóricas e práticas que propiciaram a compreensão de conjunturas complexas e de possibilidades de transformações. Referidas contribuições não foram homogêneas, nem tampouco adotaram os mesmos referenciais teórico-metodológicos. Contudo, compartilharam, como pano de fundo, a ideia de que a produção e a reprodução dos conhecimentos se davam em um terreno de contradições sociais, o que envolvia tomadas de posições e impulsionava o pesquisador a tratar de questões candentes da sociedade a partir de um olhar socialmente comprometido.

Como já discutimos, a produção de conhecimento científico está em intrínseca relação com a estruturação desigual da dinâmica capitalista. O processo de valorização do saber científico como cânone exclusivo da produção de conhecimento, incluindo a necessidade de crescente tecnificação e

profissionalização do saber, bem como a simultânea subordinação e invisibilização de outras formas de entendimento e de produção de conhecimento, exercem papel central e constitutivo na sistemática do capitalismo e na perpetuação de suas enormes desigualdades. Uma consequência disso, no campo do Direito, é a falta de articulação entre a produção teórica e acadêmica e o trabalho e as necessidades dos profissionais que defendem as coletividades ameaçadas em seus direitos fundamentais, como os advogados populares e a Defensoria Pública. As dinâmicas instituintes, ancoradas nas práticas sociais dos atores, se desvinculam assim do campo constituinte e das regulações da vida social.

Desse modo, o diferencial do campo da pesquisa militante é que, para além da reflexão teórica, as críticas teórico-metodológicas e epistemológicas geraram ricas articulações entre a teoria e a prática. Em outras palavras, foi possível efetivamente a produção compartilhada de conhecimento orientada para a ação transformadora, através de uma contínua retroalimentação entre os marcos teóricos e as práticas transformadoras dos movimentos organizados, modificando tanto o referencial teórico quanto as ações práticas das coletividades. Criou-se, na realidade, a perspectiva da práxis, ao imbricar a produção de saber com a geração de ações transformadoras em um processo multidirecional, o que aprofunda sobremaneira a ruptura da proposta teórico-prática da pesquisa militante.

A pesquisa sobre as realidades dos movimentos sociais populares, por exemplo, passa a ser também uma investigação com/nos/a partir dos movimentos sociais, o que implica um descentramento na relação entre objeto e sujeito, a democratização do processo de pesquisa, a assunção do lugar de enunciação do pesquisador e a explicitação do compromisso ético-político com a transformação das condições sociais existentes. Referida articulação acadêmico-militante acaba por revelar uma abertura teórico-metodológica e epistemológica que modifica consideravelmente as noções, os termos e as categorias para a interpretação da realidade, em que pese nem sempre representar uma renovação radical dos matrizes político-ideológicas presentes no debate científico.

Considerando esse debate, o termo pesquisa militante é utilizado aqui para contemplar as linhas de pesquisas associadas a diversas formas de ação coletiva, que são orientadas em função de objetivos de transformação social. Nesse sentido, militância seria o compromisso ético e político com a mudança social e que, por isso, implica posicionamentos e atuações proativas em várias áreas da vida, como a profissional e a acadêmica, envolvendo a inserção em espaços coletivos de discussão, articulação e mobilização com objetivo de viabilizar e potencializar lutas políticas que representem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Portanto, considerando a impossibilidade de dissociação entre o científico e o político, a pesquisa militante recoloca, em um patamar digno e legítimo, as investigações que envolvam a produção de conhecimento, a ação política e a mudança da realidade social. Trata-se, em suma, de investigações socialmente engajadas e politicamente posicionadas, que buscam, a partir da produção do conhecimento, entender a realidade para transformá-la, vinculando-se com a ideia de práxis, tal como explicitado acima.

Não podemos esquecer que existem diferentes formas, tradições e perspectivas de pesquisa militante na América Latina. Essas diferenciações dependem dos contextos de ação nos quais as pesquisas e os movimentos sociais estavam inseridos, das matrizes político-ideológicas que informam distintos horizontes de sentido, bem como dos contextos de produção de conhecimento específicos que refletem como diferentes momentos históricos de produção acadêmica. Vejamos algumas experiências históricas emblemáticas, que transbordaram, pelo significado de cada um delas, as realidades locais e nacionais específicas e tiveram uma dinâmica de difusão e de multiplicação razoável em vários países na América Latina: as experiências em torno da investigación-acción-participativa coordenadas pelo Prof. Orlando Fals-Borda entre os anos 1960 e 1970 na Colômbia; as atividades de educação popular desenvolvidas

entre a Universidade e os movimentos sociais, notadamente aquelas nucleadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pelo Prof. Paulo Freire no Brasil nos anos 1970 e 1980; os espaços de confluência criados pelo zapatismo entre intelectuais e movimentos sociais organizados, a partir de 1994, no México, o que estimulou diferentes maneiras de incidência acadêmica nas temáticas dos movimentos sociais; as atividades desenvolvidas por universidades populares, interculturais e dos movimentos sociais, tal como a Universidad Intercultural de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas «AmawtayWasi» no Equador, a qual é gerenciada por diferentes movimentos sociais indígenas, dentre outras iniciativas.

Qualquer tentativa séria de atualizar a pesquisa militante hoje na América Latina não pode obviar as marcas dessas e outras experiências. Dentro do esforço de análise das novas configurações societárias e possibilidades de produção de conhecimento socialmente engajado, tampouco podemos deixar de lado aquelas matrizes político-ideológicas que mais influenciaram as discussões teórico-metodológicas e os contornos da pesquisa militante na América Latina em seu momento de esplendor, entre as décadas de 1960 e 1980, a saber, o pensamento marxista e seus diferentes intérpretes, destacando-se Gramsci e Mao Tse-tung. Desse modo, realizar-se-á em seguida uma sucinta reflexão sobre algumas ideias que consideramos centrais em cada um destes autores, a fim de contextualizar teoricamente o panorama de construção de instrumentos e métodos para a pesquisa militante.

4. Produção de conhecimentos, matrizes político-ideológicas e a relação teoria/práxis

O conhecimento, de acordo com a concepção materialista de Marx, apenas é possível a partir da prática social, da experiência sensorial, da materialidade da vida e de sua reprodução material (MARX, 2007). As aparências seriam o ponto de partida para alcançar a estrutura e a dinâmica do objeto pesquisado, ou seja, o conhecimento lógico, racional e teórico sobre as coisas, as pessoas e suas relações. Desse modo, na teoria do conhecimento de Marx, a prática possui centralidade na produção de saber, pois, ao mesmo tempo, que é o ponto de partida, é também para onde se dirige o conjunto de conceitos e categorias elaborados, sendo certo que referidas ideias apenas se transformam em forças materiais quando assumidas por massas e coletividades. Assim, a teoria seria a reprodução ideal do movimento real do objeto (PAULO NETTO, 2011, p. 25), através de noções e categorias. Isso implica que apenas os sujeitos totalmente inseridos nos processos sociais estudados possam apreender a complexidade das realidades e dos objetos de pesquisa e possam compreender os limites e as possibilidades das situações vivenciadas, as quais se encontram em constante mudança. A própria vida de Marx, com sua trajetória de militância, exemplifica a importância dada pelo autor para a retroalimentação contínua entre prática e teoria, como totalidade - momentos diferentes que formam uma unidade (MARX, 1982, p. 10/14). Nesse sentido, em outras oportunidades, Marx sustentou a transitoriedade e historicidade das ideias e categorias criadas e a necessidade do conhecimento transformador não conformar dogmas e verdades absolutas, ao fixar a ciência “como o produto do movimento histórico, e como uma ciência que só é revolucionária se deixa de ser doutrinária” (MARX, 1971, p. 109).

Em continuidade ao pensamento marxista, Mao Tsetung, que influenciou consideravelmente vários pensadores e lutadores latino-americanos, acreditava que o trabalho político apenas era possível a partir do conhecimento verdadeiramente concreto da situação real das diversas classes da sociedade – em seu caso a sociedade chinesa (MAO TSETUNG, 1975, Método de estudo dos problemas). Para isso, entendia que era necessário olhar e conviver com as massas e proceder a reuniões investigativas em cada local para apreender a realidade específica e para incorporar os diversos tipos de conhecimentos gestados e

elaborados pelas massas cotidianamente². Defende, assim, que o conhecimento autêntico apenas nasce da experiência direta, da vida prática, sendo que se alguém pretende compreender os processos de mudança social, deve participar pessoalmente da luta prática por transformar a realidade, pois é o único meio de entrar em contato com as aparências e descobrir a essência das coisas e situações e compreendê-las (MAO TSETUNG, 1975, Reformemos Nosso Estudo).

Mao demarca, de maneira explícita, o movimento cíclico entre o praticar e o conhecer, em uma unidade concreta e histórica entre a teoria e a prática, entre o subjetivo e o objetivo, entre o saber e o fazer. Assim, após a apreensão da realidade através das sensações e da prática social, o segundo passo seria a ordenação e elaboração dos dados da realidade, o que ocasiona a construção de conceitos, juízos, lógicas e raciocínios. Depois desta fase, é necessário voltar à prática para transformar a realidade analisada e, após, reavaliar os conceitos e as categorias e construir novos planos e projetos. Assim, de acordo com Mao, a sistemática de “praticar, conhecer, praticar outra vez e conhecer novamente” se repetirá interminavelmente em infinitos ciclos e, a cada ciclo, o conteúdo da prática e do conhecimento se eleva a um nível mais alto (MAO TSETUNG, 1975, Sobre la practica). Senão vejamos:

... A medida que avanza cada vez más lejos la práctica del hombre que transforma la realidad objetiva de acuerdo con determinadas ideas, teorías, planes o proyectos, más y más profundo se va haciendo el conocimiento que de la realidad objetiva tiene el hombre. Nunca terminará el movimiento de cambio en el mundo de la realidad objetiva, y tampoco tendrá fin la cognición de la verdad por el hombre a través de la práctica (p. 331).

Outro autor que muito influenciou os pesquisadores latino-americanos foi Gramsci e sua concepção de filosofia da práxis e de intelectual orgânico. A filosofia da práxis seria a unidade entre a teoria e a prática, como consequência de um processo histórico complexo, sendo função dos intelectuais que organizam e educam as massas fazer com que a teoria revolucionária não permaneça separada dos que a praticam. Para Gramsci, todos os homens são filósofos, na medida em que, nos atos mais simples como o uso da linguagem, do senso comum e da religião popular, está contida uma determinada concepção de mundo. É apenas, em um segundo momento, que existe a crítica à concepção de mundo imposta e o conhecimento. Nesse contexto, é possível elaborar a própria concepção de mundo de maneira consciente e crítica e escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na elaboração da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passivamente, a pegada que se imprime sobre a própria personalidade (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Assim, uma concepção coerentemente crítica do mundo envolve o conhecimento de sua historicidade e do fato de que ela se acha em contradição com outras concepções ou com elementos de outras concepções de mundo. A eleição entre as concepções de mundo, na vida prática, seria um ato político, uma vez que respondem a certos problemas levantados e reivindicados pela realidade. Desse modo, os intelectuais devem estar sempre em contato com os simples e a realidade, a fim de, não só produzir conhecimento, mas também para construir, a partir da expansão dos aparatos teóricos revolucionários, um bloco intelectual e moral que torne possível um progresso intelectual das massas e não só de poucos grupos intelectuais. Assim, o modo de ser do novo intelectual não seria a eloquência, mas a inserção ativa

² No texto Método de Estudo dos Problemas, Mao Tsetung assevera que “para cada reunião, há que reservar tanto tempo quanto necessário, ter um questionário formulado de antemão e, pessoalmente, fazer as perguntas, anotar as respostas e entrar em discussão com os participantes. A investigação é pois impossível ou não dá bons resultados, quando não se tem entusiasmo ardente, determinação de voltar os olhos para a base, sede de conhecer, coragem de abater o odioso orgulho pessoal e vontade de ser estudante. É preciso compreender que as massas são os verdadeiros heróis, enquanto que, frequentes vezes, nós somos de uma ingenuidade ridícula. Se não compreendermos isso, ser-nos-á impossível adquirir os conhecimentos mais elementares”.

na vida prática (GRAMSCI, 2000, p. 53). Para isso, sustenta que é interessante que os intelectuais surjam da massa e permaneçam em contato com ela. Portanto, Gramsci, para além de conceder centralidade à prática no processo de produção de conhecimento, destaca o papel dos intelectuais na formação dos setores populares, que devem transformar criticamente a atividade intelectual que já exercem em seu cotidiano:

Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um filósofo, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção de mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para suscitar novas maneiras de pensar. O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que cada um possui em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova perpetuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo (GRAMSCI, 2000, p. 53).

As discussões aqui recuperadas chamam atenção para alguns fatores que foram centrais para a elaboração dos referenciais teórico-metodológicos da pesquisa militante na América Latina: (1) a valorização da dimensão da experiência e da prática social, (2) a importância da participação dos setores populares no processo de produção de conhecimento, (3) a conexão das perspectivas de produção de saber com concepções de mundo mais amplas, (4) a necessidade de uma retroalimentação contínua entre as atividades de investigação e de pesquisa e as ações, o que representa a elevação da qualidade e do conteúdo tanto da teoria quanto da prática dos grupos sociais em um processo de constante formação.

Alguns pesquisadores latino-americanos, considerando os marcos supramencionados, construíram referenciais teórico-metodológicos a partir da realidade dependente da região. Especialmente ativos foram alguns autores colombianos, entre os que se incluem Orlando Fals-Borda, Víctor Bonilla, Gonzalo Castillo e Augusto Libreros, Em uma perspectiva marcadamente anti-imperialista e anticolonial, esses teóricos elaboraram a concepção de *investigación militante*, a qual permitia aos cientistas sociais responder criticamente às exigências históricas sem detrimento da ciência, pondo esta ao serviço dos grupos populares (BONILLA *et al*, 1972). Nesse sentido, referida metodologia possibilitaria não só conhecer a realidade, mas sim transformá-la. Para isso, era necessário ir além das técnicas de investigação participativas existentes (a observação por participação e a observação por experimentação) uma vez que não vinculavam a teoria à ação.

Após realizarem diferentes experiências, sustentam que a metodologia deve ser sempre dinâmica e deve se modificar em função dos grupos sociais, do pesquisador e das condições políticas locais, estando sempre conectada a projetos de transformação social. No livro *Causa Popular, Ciencia Popular*, estes autores propõem algumas técnicas para a produção de conhecimentos através da ação (análise da estrutura de classes da região, tomar os temas e problemas levantados pelos setores populares, busca das raízes históricas das contradições, devolução dos resultados da investigação), ressaltando que os conceitos e hipóteses emergentes encontram sua confirmação ou seu rechaço no contato direto e imediato com a realidade e na utilidade que demonstrem ter nas mãos dos setores populares. Pretendem, assim, uma interação permanente entre a reflexão e a prática diária, continuando a aplicar as mesmas técnicas de investigação (entrevista, análise história, análise de arquivo, medição estatística), contudo realocadas em marcos conceituais mais amplos e ágeis.

Em sentido similar, Fals-Borda explicita o processo cíclico entre as reflexões teóricas e a experiência prática:

[...] hubo de buscarse soluciones teóricas alternas que permitiesen aproximarse mejor a la realidad para entenderla y transformarla. La repuesta más adecuada la ofreció el método dialectico aplicado en pasos alternos y complementarios, así: (1) propiciando un intercambio entre conceptos conocidos o pre-conceptos y los hechos (o sus percepciones con observaciones adecuadas en el medio social); (2) siguiendo con la acción a nivel de base para constatar en la realidad del medio lo que se quería conceptualizar; (3) retornando a reflexionar sobre este conjunto experimental para deducir conceptos más adecuados y obtener mejores luces sobre viejos conceptos; (4) volviendo a comenzar el ciclo de investigación para culminarlo en la acción (FALS-BORDA, 1978, p.10).

Estes autores colombianos avançaram consideravelmente, tanto na teoria quanto nas experiências realizadas, na sistemática da construção da pesquisa, fazendo com que o pesquisador se inserisse na vida prática dos setores populares e problematize a construção de conceitos e categorias para melhor interferir e transformar a realidade. Contudo, o campo da educação popular também representou um avanço importante para questões relacionadas à formação e à incorporação dos saberes subalternizados no processo de construção do conhecimento. Para Paulo Freire e Carlos Brandão (1977), a pesquisa seria um momento de trabalhos de educação popular realizados *junto, com e a serviço* de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares. De acordo com o referido autor, na *pesquisa participante* torna-se central conhecer para formar pessoas motivadas a transformarem os cenários sociais de suas próprias vidas e destinos, participando, assim, de processos mais amplos e contínuos de construção progressiva de um saber mais partilhado, mais abrangente e mais sensível às origens do conhecimento popular. Embora o trabalho de Paulo Freire seja bastante mais conhecido do público brasileiro, e por isso não nos deteremos aqui em discuti-lo, este também se enfrenta a uma série de desafios dentro de sua apropriação em nossa realidade contemporânea. Se boa parte dos postulados aqui mencionados continuam sendo válidos para o entendimento da pesquisa militante, um importante esforço deve ser feito na compreensão das novas configurações sociopolíticas, das inflexões do mundo universitário e de outros centros e *locus* de produção de conhecimento, e das rearticulações dos movimentos sociais e sujeitos emancipatórios. Emergem, enfim, novos desafios associados, em última instância, à reconfiguração tanto da pesquisa como da militância no século XXI.

5. Notas não conclusivas: alguns desafios abertos...

A concepção e o desenvolvimento de pesquisas no campo das ciências humanas e sociais transformou-se bastante nas últimas duas décadas na América Latina. A despeito de uma ofensiva de mercantilização da educação e da pesquisa, parte integrante de um modelo global, existem várias brechas que tem conectado os movimentos sociais com as universidades, bem como criado novos espaços e iniciativas de produção de conhecimento socialmente engajado. Ao mesmo tempo, dentro de um novo ciclo de lutas sociais na região, a militância tem adquirido novos sentidos e características – com identidades multirreferenciais, conexões “glocais”, demandas aglutinadoras, espaços criativos de convergência – e matrizes político-ideológicas tem se reinventado. Este cenário abre novas possibilidades para a atualização da pesquisa militante, embora ainda existam desafios importantes para a consecução de uma metodologia que contribua efetivamente com os processos de transformação social.

O objetivo deste artigo foi simplesmente localizar de maneira abrangente as possibilidades de atualização da pesquisa militante na América Latina hoje. No entanto, a concreção dessa possibilidade

depende de um enorme esforço coletivo de médio-longo prazo que passa por aglutinar forças intelectuais e políticas que busquem dar respostas concretas a uma série de desafios, tais como:

- *A ruptura da dicotomia entre o sujeito e o objeto da pesquisa*: possibilitar que os movimentos sociais e agentes transformadores se transformem em sujeitos atuantes na construção dos rumos da pesquisa, participando do próprio processo de produção do conhecimento e não figurando como meros objetos de pesquisa ou destinatários de ações externas. Assim, a pesquisa se efetiva por meio de um processo dialético que inclui a interação entre a teoria e a prática para a produção do saber científico, o que exige do pesquisador não somente a observação e a vivência dos lugares pesquisados (observação participante) como também uma atuação nos mesmos.

- *A valorização da dimensão da experiência e da prática social*: apostar pela valorização das interações não apenas formais e institucionais, e sim informais, cotidianas e muitas vezes invisíveis a um observador externo. Em outras palavras, os movimentos sociais, para além dos aspectos institucionais e organizacionais que são suas faces visíveis, envolvem a produção de códigos culturais e sociais que constitui o principal campo de atuação para o pesquisador militante. Isto exige uma metodologia capaz de captar a rede de significados, bem como para conceber os movimentos sociais como sujeitos produtores de conhecimento.

- *A geração e consolidação de redes de confiança e espaços de convergências permanentes entre universidades e movimentos sociais que possibilitem a efetivação da pesquisa militante*: potencializar o diálogo horizontal, de saberes e disciplinas, que permita que sejam levantadas questões problemáticas e possíveis conciliações para uma atuação conjunta tanto pelo lado das universidades como dos movimentos sociais. Vale dizer que o diálogo efetivo da academia *com* os movimentos sociais é algo complexo e, por que não dizer, raro. Alguns intelectuais tendem a falar problematicamente em nome dos movimentos sociais. Outros tendem a isolar-se das universidades para dedicar suas energias somente aos espaços militantes. Além disso, torna-se central articular as diversas iniciativas existentes, demasiado fragmentadas, a fim de possibilitar uma disputa contra-hegemônica em relação à conformação das instituições de ensino. Finalmente, a busca pela construção de uma relação permanente é um horizonte importante, para além das relações pontuais e interessadas de boa parte das pesquisas.

- *A escolha do tema de pesquisa e a delimitação de padrões metodológicos diversos e alternativos à dogmática científica moderna*: discutir e elaborar instrumentos metodológicos que orientem a atividade do pesquisador militante em bases distintas das que estabelecem a necessidade de um posicionamento neutro e externo. Para este fim, é necessário repensar os critérios que levam ao pesquisador a delimitar o quê, por quê e o como pesquisar, atualizando estes questionamentos a partir das necessidades e das contradições do cenário sociopolítico, cultural e econômico contemporâneo. Isto é algo essencial que deve se iniciar no processo de delimitação e recorte das pesquisas, potenciando que nossas “pesquisas acadêmicas” remetam não somente a debates e modismos universitários, mas também (e principalmente) a problemáticas socialmente e politicamente relevantes. A busca de sinergias criativas deve ser buscada de modo que o trabalho de “pesquisa” não esteja dissociado daquele de “extensão”, como é habitual em nossas universidades.

6. Referências bibliográficas

BEIGEL, Fernanda (2011). “Academic Dependency”. *GDN* vol. 2, november 2011.

_____ (2013). “Centros y periferias en la circulación internacional del conocimiento”. *Nueva Sociedad* nº 245, mayo-junio de 2013.

- BONILLA, Victor D.; CASTILLO, Gonzalo; FALS BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. *Causa Popular, Ciencia Popular: una metodología del conocimiento científico a través de la acción*. Bogotá: Publicaciones de la Rosca.
- BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo (2008). "Redes Transnacionais de Movimentos Sociais na América Latina e o Desafio de uma Nova Construção Socioterritorial". *Cadernos CRH*. Salvador, vol. 21, nº 53.
- BRINGEL, Breno (2011). "Estudio de los movimientos sociales en America Latina: reflexiones sobre el debate poscolonial y las nuevas geografías del activismo transnacional". In: *Pensamiento crítico y sujetos colectivos en America Latina: perspectivas interdisciplinarias*. Montevideo-Uruguay: Ediciones Trilce.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (1977). "Da Educação Fundamental ao Fundamental na Educação". In: *Revista Proposta*, Suplemento I, FASE, Setembro de 1977.
- _____ (1981). *Pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- _____ (1984). *Repensando a pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2007). "Decolonizar la Universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes." In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón (eds.) (2007). *El Giro Decolonial. Reflexiones para una Diversidad Epistémica más allá del Capitalismo Global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- COSTA, Sérgio (2011). (Re) encontrando-se nas redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento. *Sociologia crítica no Brasil*. p. 45-64.
- FALS BORDA, Orlando (1961). *Campesinos de los Andes: estudio sociológico de Saucío*. Bogotá: Universidad Nacional.
- _____ (1978). *Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla*. Bogotá: Ediciones Tercer Mundo.
- FREIRE, Paulo (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____ (2004). *Pedagogia da Autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GIARRACCA, Norma (2006). Notas metodológicas: "experiencia de investigación" desde lugares diferentes (Algunas reflexiones acerca del intelectual comprometido). *Cuando hasta las piedras se levantan*. Oaxaca, México: Grupo de Estudio de los Movimientos Sociales de America Latina.
- GRAMSCI, Antonio (2000). *Cadernos do cárcere*. Volume 2. Os Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____ (2001). *Cuadernos de la cárcel: El materialismo histórico y la filosofía de Benedetto Croce*. México: Ediciones Juan Pablos.
- GUASH, Óscar (1997). Observação Participante. *Colección "Cuadernos Metodológicos" nº 20 - 1ª edição*. Madrid - Espanha: EFCA S.A.
- HARVEY, David (2005). *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume.
- QUIJANO, Aníbal (2000). "Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina". In: E. Lander (org.), *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO.

- MALO, Marta (2004). "Prólogo". In: VVAA. *Nociones comunes. Experiencias y ensayos entre investigación y militancia*. Madrid: Traficantes de Sueños.
- MAO TSETUNG (1975). *Obras escolhidas*. Pequim: Edições em Línguas Estrangeiras. São Paulo: Ed. Alfa-omega, 1979. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/mao/obras/index.htm>.
- MARX, Karl (1971). *La miseria de la filosofia*. Buenos Aires: Siglo XXI – Argentina Ed S.A.
- _____ (1982). *Para a crítica da economia política*. Introdução de Jacob Gorender. Traduções de Edgard Malagodi [et al]. São Paulo: Abril Cultural.
- _____ (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845/1846)*; supervisão editorial: Leandro Konder; tradução: Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano – São Paulo: Boitempo.
- MIGNOLO, Walter (2001). "Introducción". In: *Capitalismo y geopolítica del conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Ediciones del signo: Buenos Aires/Argentina.
- PAULO NETTO, José (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular.
- SLATER, David (2008). *Re-pensando la geopolítica del conocimiento: reto a las violaciones imperiales*. Bogotá/Colômbia: Tabula Rasa nº 8.
- SVAMPA, Maristella (2010). *Movimientos sociales, matrices sócio-políticos y nuevos escenarios en America Latina*. OneWorld Perspectives, Working Papers, Universitat Kassel.
- STAVENHAGEN, Rodolfo (1971). *Sociología y Subdesarrollo*. Mexico: Editorial Nuestro Tiempo.
- THIOLLENT, Michel (2002). *Metodologia da pesquisa-ação*. 11ª ed. São Paulo: Cortez.